

TRÊS GRAMÁTICAS DE REFERÊNCIA PARA OS ESTUDOS DO PORTUGUÊS

CLAUDIO CEZAR HENRIQUES¹ (UERJ e ABRAFIL)

RESUMO: A língua, em face do resto da cultura, é o resultado dessa cultura, ou sua súpula, é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir. A frase é de Mattoso Câmara Jr. em conferência proferida no Rio de Janeiro na década de 50. Tomo-a por empréstimo para introduzir o que pretendo dizer neste trabalho sobre três das principais obras da gramaticografia do português, cujos autores são referências nos estudos de nossa língua: Carlos Henrique da Rocha Lima, Evanildo Bechara e Celso Ferreira da Cunha.

PALAVRAS-CHAVE: gramaticografia; política linguística; ensino de português.

1. INTRODUÇÃO

“Nós somos todos assim... Eu sou assim... Tu és assim... Dançam pronomes pessoais: Eu, ele, tu, eles, nós, vós... Que somos nós?... Pronomes pessoais.”

Assim, Mário de Andrade questionava a pessoa humana, com base na estrutura gramatical, e concluía pela igualdade entre todos. Pronomes pessoais são democráticos: podem ser usados em pé de igualdade por todos. Cada um é um eu, qualquer conjunto de “eus” é um nós. Já outro, o pronome de tratamento, é diferente. É autoritário: seleciona e classifica para conviver.

É com essa referência metalinguística intertextual que Nelly Carvalho começa seu artigo “Quem somos nós?”, onde trata dos usos das formas e pronomes de tratamento, no Brasil e em Portugal. Faz Nelly comentários esclarecedores acerca dos valores semânticos, das situações e contextos em que são empregadas expressões como *vocemecê*, *ocê* e *tu* / *vossência* / *sitora* (= senhora doutora) / *senhora*, *dona* e *senhora dona* / *esposa*, *mulher* e *senhora* / *esposo*, *marido* e *homem* / *doutor* e *senhor doutor* / *mamãe* e *senhora* / *primo* e *doutor* / *sinhá* e *senhora* / *madrinha* / *dona*, *moça* e *menina* / *compadre* e *comadre* / *seu moço* / *seu vigário* / *vós* e *vosmecê*...

E conclui: “Os usos tornam possível estabelecer a ligação entre os aspectos sociais e a estrutura verbal”, ajudando a responder a questões que de outro modo poderiam ser ignoradas. Para ela, à medida que se aprofunda a compreensão da

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Brasil / claudioch@uol.com.br

língua, “mais se percebem as implicações sociais fundamentais na construção do ser humano”, algo que traz uma resposta para a indagação de Mário de Andrade sobre quem somos nós nesse jogo de situações.

A língua, em face do resto da cultura, é o resultado dessa cultura, ou sua súpula, é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir. A frase é de Mattoso Câmara Jr. em conferência proferida no Rio de Janeiro na década de 50. Tomo-a por empréstimo para introduzir o que pretendo dizer neste trabalho sobre três das principais obras da gramaticografia do português, cujos autores são referências nos estudos de nossa língua: Carlos Henrique da Rocha Lima (1915-1991), Evanildo Bechara e Celso Ferreira da Cunha (1917-1989).

Podemos também encaminhar este tema para a ideia de que a língua é um produto cultural que engloba tradições linguísticas de variadas feições e matizes. Com isso, quero dizer algo nem sempre lembrado nos compêndios gramaticais, talvez por ser uma coisa muito óbvia – e tão óbvia que acaba desconsiderada: uma língua histórica não é um sistema único, é um conjunto de sistemas! E de que sistemas se compõe uma língua histórica, senão de suas especificidades geográficas (diatópicas), sociais (diatráticas) e individuais (diafásicas)?

Então, seria muito bom se nossas gramáticas (inclusive as escolares) fizessem essa transição, não apenas no âmbito terminológico, mas sobretudo no metodológico, reconhecendo a necessidade de harmonizarmos o descritivo e o normativo como indispensável contribuição aos estudiosos dessa problemática.

A tradição gramatical tem privilegiado o termo *emprego* e a ele remete – quase sempre – um único uso, o prescritivo. Igualmente é significativa a referência preconceituosa que muitos livros deram/dão à palavra *uso/usos*. Os “guias de correção”, os “manuais de redação” ou os “vade-mécums de correção de frases”, de um modo geral, utilizam a expressão “uso popular” ou “uso coloquial” (eufemismo para “uso errado”?) ou mesmo se propõem a tratar dos “usos inadequados” ou “impróprios” – os quais, na verdade, representam uma possibilidade real de uso linguístico.

Parece-nos, pois, bastante oportuno abordar aqui três obras gramaticais que têm acompanhado as vidas acadêmicas de algumas gerações de professores e estudantes de português espalhados pelo mundo. Vejamos se não é lícito afirmar que, entre suas características estruturais, destaca-se o posicionamento prescritivo típico das obras de referência. Isso não descarta a possibilidade de que textos teóricos podem se comprometer com o congraçamento entre a descrição dos efeitos expressivos das construções e os conceitos de correção padronizada e excelência pretendida. Com isso, queremos dizer que também dos desvios se fazem as normas e que, por conseguinte, há obras referenciais do campo gramatical que excedem sua função referencial e assumem uma força pedagógica e cultural, por fazerem da menção aos aspectos semânticos e estilísticos uma construtiva forma de abordar a língua histórica. Uma gramática que não tenha isso em vista faz tábua rasa do estilo e da individualidade, estigmatiza até a criatividade.

Sempre que comentou o tema, Celso Cunha se posicionou contra o

autoritarismo. Na obra *A questão da norma culta brasileira* (p. 45), para ficarmos num único exemplo fora das três gramáticas, Cunha acusa a norma prescritiva de se justificar ideologicamente com intenções definidas a partir do conceito de “uso”. A despeito disso, algum caráter impositivo faz parte do conhecimento de qualquer língua de cultura, mesmo na simples transmissão cotidiana da modalidade oral. Às gramáticas não compete possuir um tom ditatorial, e a relutância no acolhimento das novidades circulantes nos diversos usos de uma língua histórica não tem necessariamente de ser confundida com teimosia ou arrogância. É a consciência de que só o uso reiterado e generalizado no registro prestigiado (escrito) pode respaldá-las.

Rocha Lima, Evanildo Bechara e Celso Cunha, cada um a seu modo, pretenderam equilibrar os conceitos de norma e de correção idiomática com um princípio inerente a todo sistema de língua, a variação. Isto, entretanto, não os fez menos rigorosos e apurados em suas maneiras de apresentar a norma, admitida a variação de um ponto de vista diatópico, diastrático ou diafásico.

O resultado de suas contribuições está, sob certa medida, em livros mais recentes, nos quais se notam – mais, ou menos, explicitamente – os “ecos” (assonantes e dissonantes) de seus posicionamentos teóricos. Refiro-me, por exemplo, à *Nova Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba de Castilho, à *Gramática do Português Brasileiro*, de Mário Perini, à *Gramática de Usos da Língua Portuguesa*, de Maria Helena de Moura Neves, à *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos de Azeredo, à *Gramática da Língua Portuguesa*, de Maria Helena Mira Mateus, Ana Maria Brito, Inês Duarte, Isabel Hub Faria, e à *Gramática da Língua Portuguesa*, de Mário Vilela e Ingedore Villaça Koch – para citar as principais obras contemporâneas. Todas nos podem levar ao que diz Celso Cunha na *Gramática do Português Contemporâneo* (p. 13), passagem repetida *ipsis verbis* na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (p. 7), que escreveu em parceria com o filólogo português Luís F. Lindley Cintra:

Se uma língua pode abarcar vários sistemas, ou seja, as formas ideais de sua realização, a sua dinamicidade, o seu modo de fazer-se, pode também admitir várias normas, que representam modelos, escolhas que se consagraram dentro das possibilidades de realizações de um sistema linguístico.

2. AS TRÊS GRAMÁTICAS

As gramáticas de Rocha Lima, Evanildo Bechara e Celso Cunha adotam a clássica metodologia que divide a gramática em três partes e as dispõe da unidade menor para a unidade maior, ou seja: primeiro a fonética, depois a morfologia, depois a sintaxe.

É também a mesma organização praticada pela grande maioria das gramáticas até então publicadas, sendo uma das exceções a *Gramática Expositiva da Língua*

Portuguesa, de Mário Pereira de Souza Lima, publicada em 1936. Souza Lima estruturou sua obra adotando caminho inverso: “em vez de começar separadamente pela Fonética ou pela Morfologia”, o ensino da Gramática deve “considerar de início a *proposição* e dela descer às diferentes partes do discurso, mostrando como estas vivem em conjunto, como se limitam e se completam” (p. 7-8).

Igual estrutura foi adotada na NGB (de 1959) e na NGP (de 1967) – embora esta apresente apenas a Morfologia e a Sintaxe como “partes da gramática”, passando a “Fonética Descritiva” para o item denominado “outras nomenclaturas linguísticas” (ao lado da ortografia, da pontuação, da lexicologia, da semântica). Portanto podemos dizer que é por isso ou é para isso que os programas de Língua Portuguesa das escolas de todos os níveis adotaram (e muitas ainda adotam) o modelo da unidade menor para a unidade maior.

A própria TLEBS – que é de 2007 – adota a sequência mais tradicional. No item intitulado “Linguística Descritiva”, apresenta SEIS subitens: 1. Fonética e Fonologia; 2. Morfologia; 3. Classes de palavras; 4. Sintaxe; 5. Lexicologia; 6. Semântica.

2.1. AS GRAMÁTICAS DE ROCHA LIMA

Neste recorte da história de nossa gramaticografia, um dos livros referenciais nos estudos linguísticos luso-brasileiros é a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima, que integra a bibliografia oficial de quase todos os cursos de Letras das universidades brasileiras – o que podemos comprovar com os dados colhidos na pesquisa intitulada *Cânon gramatical brasileiro contemporâneo*, que desenvolvemos junto ao Departamento de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UERJ na última década do século passado.

A primeira edição da *Gramática* de Rocha Lima é de 1957 (por F. Briguiet & Cia.). Em 1972, ao atingir sua 15.^a edição – a 1.^a pela José Olympio Editora –, foi ela republicada com sensíveis modificações em alguns capítulos. Rocha Lima, embora tivesse sido membro da equipe que elaborou o texto da Nomenclatura Gramatical Brasileira, nunca deixou de distinguir termos como “objeto indireto” e “complemento relativo” e de redistribuir os “adjuntos adverbiais” segundo suas características semântico-funcionais. A 31.^a edição, póstuma, publicada em 1992, foi “retocada e enriquecida”, mas não mudou muito a feição do livro. Em 2010, uma nova edição incorporou as mudanças determinadas pelo Acordo Ortográfico – tendo essa tarefa sido confiada pelos herdeiros do autor a uma equipe convidada. Outras gramáticas de autores falecidos também já tiveram o capítulo de ortografia devidamente “atualizado”, como aconteceu com a *Moderna Gramática Brasileira*, de Celso Pedro Luft, e a *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida.

Esse dado é muito importante em relação à *Gramática Normativa*, pois seu primeiro capítulo se intitula “Breve História da Ortografia Portuguesa” e temos então de enfatizar aos leitores que o texto da última edição lançada não é, na totalidade, de

sua autoria.

2.2. AS GRAMÁTICAS DE EVANILDO BECHARA

Outro livro referencial nos estudos linguísticos luso-brasileiros e que integra a bibliografia oficial de todos os cursos de Letras das universidades brasileiras é a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, publicada pela Companhia Editora Nacional sem alterações desde sua 1.^a edição, em 1961, até a 37.^a (a última edição autorizada pelo autor foi lançada em 1997, especialmente a pedido do Ministério de Educação).

Em 1999, o autor reformulou consideravelmente sua obra. Das 374 ou 461 páginas das trinta e sete primeiras edições (o tamanho mudou quando em 1972 a Cia. Ed. Nacional fez uma nova programação visual para a *Moderna Gramática*), a edição de 1999 contava com 671 páginas. O autor, nessa nova fase, propõe um “tratamento novo para muitos assuntos importantes que não poderiam continuar a ser encarados pelos prismas por que a tradição os apresentava”, mas adverte que o livro conservava “uma disposição da matéria mais ou menos conforme o modelo clássico”. Observa-se isso quando se compara, por exemplo, a sequência dos capítulos centrais da gramática, que mantêm a disposição e ordem da versão primitiva, conquanto as análises, descrições e comentários tenham sido substancialmente modificados e atualizados.

A 38.^a edição (de 1999) teve sucessivas reimpressões pela editora Lucerna até 2009, quando a *Moderna Gramática* passou a ser publicada pela ed. Nova Fronteira. A nova reimpressão é, na verdade, uma nova edição, pois vem adaptada ao Novo Acordo Ortográfico.

2.3. AS GRAMÁTICAS DE CELSO CUNHA

A terceira obra referencial a ser focalizada neste artigo é, na verdade, um conjunto de três obras. Começamos falando da 1.^a edição da *Gramática do Português Contemporâneo* (doravante *GPC*), de Celso Ferreira da Cunha, que foi publicada em 1970 pela Editora Bernardo Álvares. Republicada sob nova roupagem em 1972 pelo Ministério da Educação, com o título *Gramática da Língua Portuguesa* (doravante *GLP*), o autor pôde modificar o que lhe pareceu necessário e a isso ele próprio se referiu no texto introdutório, cujo último parágrafo confirma o não ineditismo da 1.^a edição da *GLP*: “Esperamos que esta edição, escoimada dos erros das anteriores, possa melhor servir aos que a lerem” (p. 6). Os dois títulos coexistiram em edições variadas: a *GPC* seguiu até a 10.^a edição (em 1983, pela Editora Padrão); a *GLP* atingiu a 15.^a edição em 1994 (ainda pelo MEC).

A terceira gramática de Celso Cunha, intitulada *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (doravante *NGPC*), foi lançada em 1985 pela Editora

Nova Fronteira.

Sua 2.^a edição passou por algumas reimpressões até 2001, quando saiu a 3.^a edição, revista em sua organização visual. A obra tem a parceria do filólogo lusitano Luís Filipe Lindley Cintra (1925-1991), responsável pela redação ou coautoria de três dos vinte e dois capítulos do livro, que todavia mantém as características da primeira gramática da série, evidentemente com a modernização dos conceitos e alguma mudança na disposição dos assuntos.

Comparadas as três versões, a atenção do leitor certamente será despertada para dois pontos. O primeiro é a presença de um capítulo intitulado “Noções históricas” somente na edição do Ministério da Educação, que por sua vez não incluiu o capítulo “Noções de versificação”, encontrável nas outras duas versões². O segundo é a profunda mudança no *corpus* da exemplificação dos fatos da língua: apenas a *NGPC* possui exemplos recolhidos de escritores africanos – o que se explica pela pretensão editorial de atingir mais amplamente o mercado internacional dos estudos de língua portuguesa. Outro ponto importante é o que observa a inclusão – apenas na edição do MEC – de um capítulo chamado “Morfo-sintaxe” (que engloba o que nas duas outras obras é apresentado, classe por classe, como partes independentes).

Em 2007, a *NGPC* passou a ser publicada pela editora Lexicon, numa edição “revista e ampliada” numerada como a 4.^a da obra. Explica-se: os herdeiros dos autores decidiram, inteligentemente, incluir nesta nova versão o capítulo “Noções Históricas”, que figurara na obra publicada pelo MEC e que não estivera nas três edições anteriores. Com isso, pode-se dizer que é a 4.^a edição a que contém, de fato, a última exposição do pensamento gramatical de Celso Cunha (sempre lembrando que a obra tem a coautoria de Lindley Cintra).

3. CONCLUSÃO

Gramáticas não são a única solução para os estudos linguísticos, mas não podemos deixar de considerá-las como uma alternativa pedagógica a somar-se a outras obras referenciais – sempre utilizadas criticamente e sob a perspectiva do bom senso.

Afinal, os enfoques descritivo e normativo, assim como o comunicativo, são importantes e compartilham mais do que se imagina: um interesse em questões de aceitabilidade, ambiguidade e inteligibilidade. Para isso, é preciso que os sociolinguistas vejam o normativismo com mais seriedade, à luz de estudos sobre atitudes, usos e crenças linguísticos. Algo como defende David Crystal (p. 2-3), quando fala da representação abstrata das características centrais do idioma, as quais se compõem de dois modelos: o primeiro revela os três componentes da estrutura do idioma (o texto; o signo, a grafia e a fonologia; o léxico e a gramática); o segundo aponta para os usos (variações temporal, social, regional e individual). E completa,

² O capítulo exclusivo da *GLP* contém 22 páginas, sendo 14 sobre história externa da língua e 8 sobre geografia linguística e dialectologia.

arguto: “o olhar *onicurioso* do linguista observará cuidadosamente toda essa cena.”

Na dupla de suas gramáticas contemporâneas, Celso Cunha expõe seu conceito de norma e de correção idiomática: “Este conceito linguístico de norma, que implica um maior liberalismo gramatical, é o que, em nosso entender, convém adotarmos para a comunidade de fala portuguesa.” (*GPC*, p. 14; *NGPC*, p. 8). A mesma atitude é percebida nas gramáticas de Rocha Lima e Evanildo Bechara.

Por isso, se a língua é o resultado da cultura e se concordamos com a definição de Mattoso Câmara de que a cultura é “o conjunto do que o homem criou na base das suas faculdades humanas: abrange o mundo humano em contraste com o mundo físico e o mundo biológico”, então podemos reconhecer que uma das tarefas que compete a um gramático é interpretar crítica e objetivamente esse resultado, ou seja, descrever efetivamente a língua como o veículo que a cultura tem para operar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. 2009. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Global.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. 1986. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva.
- AZEREDO, José Carlos S. de. 2009. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
- BECHARA, Evanildo. 1982. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Cia. Edit. Nacional.
- _____. 2009. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna/Nova Fronteira.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. 1974. *Princípios de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- CARVALHO, Nelly. 1999 (28 de junho). “Quem somos nós?” <www.virtus.ufpe.br/clipping/index>. Recife: UFPE.
- CASTILHO, Ataliba T. de. 2010. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: FAPESP/Contexto.
- CRYSTAL, David. 1997. *The Cambridge Encyclopedia of the English Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CUNHA, Celso Ferreira da. 1970. *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares.
- _____. 1972. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE.
- _____. 1985. *A Questão da Norma Culta Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____ & CINTRA, Luís Filipe Lindley. 2008. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexicon.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. 1998 “O Cânone Linguístico-Literário na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara”. *Idioma*, 20. Rio de Janeiro: Centro Filológico Clóvis Monteiro/UERJ, p. 25-36.

- _____. 2003a. “O Cânone Linguístico-Literário segundo a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima”. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, 2. Rio de Janeiro: ABF, p. 11-18.
- _____. 2003b. “Gramática de usos: para que serve?” *Revista da ABRALIN*, v. 26, n. 1, Fortaleza.
- _____. 2004. O Cânone Linguístico-Literário nas Gramáticas de Celso Cunha. *Revista de Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 6, São Paulo, p. 115-159.
- _____. 2009. *Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha. 1992. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- LIMA, Mário Pereira de Souza. 1937. *Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional.
- LUFT, Celso Pedro. 2009. *Moderna Gramática Brasileira*. Rio de Janeiro: Globo.
- NEVES, Maria Helena Moura. 2000. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Unesp.
- PERINI, Mário. 2010. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- MATEUS, Maria Helena Mira et alii. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- VILELA, Mário & Koch, Ingedore V. 2001. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.